

Ferdinand, Malcom (2022). Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora.

Marci Jean Pereira Santana
Licencianda em Ciências Sociais/Universidade Federal de São Paulo
<https://orcid.org/0009-0001-2989-4250>
jean.marci@unifesp.br

“Quem me pariu foi o ventre de um navio
Quem me ouviu foi o vento no vazio
Do ventre escuro de um porão
Vou baixar no seu terreiro
Epa raio, machado, trovão
Epa justiça de guerreiro”
(Roberto Mendes, 2003)

De La Rochelle - França, em 1687, parte o navio La Tempête em direção à Guiné. Chegando ao seu destino, o navio se abastece de ouro e corpos africanos. Em 1688, La Tempête chega a Martinica com 287 sobreviventes. “Retornando à França carregada de açúcar, La Tempête conclui seu ciclo colonial.” (Ferdinand, 2022, p. 84). Já na atualidade, a Martinica, com suas planícies tomadas pelas plantações de cana e bananeiras, assiste à intersecção entre capitalismo racial e ataques ao meio ambiente, por meio da contaminação do solo causada pelo pesticida clordecona.

Este cenário e as conexões presentes nele, se encontram descritos na obra “Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho” (2022) de Malcom Ferdinand, sendo um importante pano de fundo para este autor, pois é a investigação do imbricamento de aspectos ambientais e sociais que marca o seu trabalho. Assim, diante uma mudança global do clima, que cada vez mais se faz presente, é importante termos referenciais que nos ajudem a pensar as questões que envolvem esse tópico. Desta forma, este texto resenha a obra supracitada, uma vez que este livro exprime uma capacidade de ligação de diferentes tempos, espaços, temas e epistemologias conectadas à questão ambiental, resultando em uma teorização afiada, complexa e profunda. Fornecendo assim, inúmeras reflexões para nós enquanto sociedade que pretende refletir e agir sobre a mudança global do clima.

A técnica, a estilística e a teorização desenvolvida por Ferdinand estão a serviço de se pensar a questão colonial conectando-a com a ambiental. Com isso, a análise tem por ponto de partida o processo de colonização que o Caribe foi submetido e que envolveu uma parte considerável do globo, tanto colônias, como metrópoles. É preocupação do autor, apontar a fratura - enquanto separação, entre a questão ambiental e outras questões sociais e políticas. Dissequemos um pouco a obra para entendermos esse funcionamento.

Primeiramente vale apontar que o fio condutor da obra é a reflexão de que há um processo contínuo e histórico entre colonização e a crise ambiental, e os modos que parte do mundo agiu e age diante de certos ambientes/territórios e diante das pessoas que viviam ou passaram a viver nesses territórios. Para esse fio condutor, Ferdinand dá o nome de “habitar colonial”.

O livro se encontra dividido em quatro partes.

Os quatro capítulos iniciais que compõem a primeira parte, carregam teorizações que buscam construir uma continuidade entre passado e presente. Nesse sentido, o autor conceitua o que chama de “habitar colonial”, a partir da experiência da colonização caribenha. Para isto ele explica o funcionamento desse habitar, seus princípios, fundamentos e formas, abordando temas como exploração, subjugação, massacre e escravização. Neste contexto, a *plantation* é outro tema interpelado com suas violências, misóginas e funcionamento patriarcal, que transformaram as terras que acolhiam e alimentavam, em terras para enriquecimento. Nesse cenário, se dão rupturas paisagísticas, biodiversitárias e metabólicas nas colônias.

Para apreender esse conjunto, o autor lança mão do conceito de *Plantationoceno*, uma vez que este permite compreender a influência que o colonialismo possui sobre as formas de habitar o mundo e o que elas causaram ao meio ambiente. Sendo também preocupação de Ferdinand ao utilizar este conceito, abordar o político, se esquivando de teorias que se baseiam em uma humanidade abstrata. O autor também apresenta o

conceito *Negroceno*. “Como a outra face do Plantationoceno, o Negroceno assinala a era geológica na qual a extensão do habitar colonial e as destruições do meio ambiente são acompanhadas pela produção material, social e política de Negros.” (Ferdinand, 2022, p. 80).¹ Por fim, neste capítulo, Ferdinand instiga uma reflexão capaz de conectar o passado colonial, catástrofes naturais e pensamento político, realizando apontamentos sobre a vulnerabilidade histórica do Caribe e como a região é fortemente afetada pela mudança global do clima enquanto contribui pouco para com esta.

A segunda parte do livro gira em torno, principalmente, de se pensar a fratura entre sujeitos e movimentos. No que tange aos sujeitos, o autor utiliza o mito bíblico da Arca de Noé, por meio de uma metáfora daquilo que teria sido sua política de embarque: em um mundo que se acaba, apenas uma parte homogênea da humanidade embarca nessa nave fora-do-solo. Pela argumentação do autor, percebemos que esse “embarque” destitui as diferenças, acolhendo a poucos – deixando alguns para trás, e não mais tem a terra como berço. Como Ferdinand aponta, é a recusa do mundo e da coexistência. No bojo dessa discussão estão: o reflorestamento no Haiti que não leva em conta a sua comunidade camponesa; a preservação de paraísos naturais em Porto Rico que convive com a dominação estadunidense; ou até a persistência do “habitar colonial” em Martinica e Guadalupe, onde os interesses de poucos causam a contaminação pela clordecona que afeta a muitos.

Por fim, em relação aos movimentos, a dupla fratura encarna-se na figura de Pierre Poivre e da Revolução Haitiana. O primeiro, missionário e agrônomo francês do século XVIII, é tido como pioneiro para o pensamento moderno ambientalista. Entretanto, ele próprio nunca cogitou a emancipação de pessoas escravizadas. Em contrapartida, a Revolução Haitiana, que é entendida como marco zero para a abolição da escravidão nas Américas, não buscou romper com a lógica colonial exploratória da terra. Pela argumentação do autor, tais questões precisam ser encaradas como parte do mesmo problema.

Na terceira parte do livro, há uma articulação teórica entre o mundo caribenho, colonização, resistência e ecologia decolonial. Nesta parte, Ferdinand fala do navio negreiro por meio das figuras que esse engendrava: negros, naufragos e corpos perdidos. Estes elementos são uma parte da política de desembarque desse navio, e enquanto resistência, temos a fuga, que se encarna principalmente no aquilombamento. Essa possibilidade de fuga é apresentada como uma busca de um “eu”, de uma terra e de um mundo, buscas essas que para o autor, são os contornos da ecologia decolonial.

1 À vista disso, “Os Negros são os muitos fora-do-mundo (humanos e não humanos) cuja energia vital é dedicada, por meio da força, aos modos de vida e às maneiras de habitar a Terra de uma minoria, ao mesmo tempo que a eles se recusa uma existência no mundo.” (Ferdinand, 2022, p. 81).

Neste sentido, Ferdinand articula uma releitura quilombola de Rousseau e Thoreau, levando a história dos pretos escravizados ao naturalismo. No caso de Thoreau – importante na história da desobediência civil, percebe-se um destaque, pois a sua reflexão de que todos devem se envolver na luta contra a escravização pela economia, baseia a solução do problema de que, fugir da escravização - se aquilombar, não cortava a relação com o mundo e também não o mudaria. Assim, o autor parte para a noção de que a ecologia decolonial é um *aquilombamento civil* – uma luta em conjunto na sociedade civil contra o “habitar colonial”. Por meio desse conceito, o autor explica que é possível engendrar lutas e fomentar a percepção de que para enfrentar a tempestade climática é necessário igualdade, emancipação e compreensão da existência do “habitar colonial”. A obra então apresenta as lutas que englobam o que Ferdinand entende por *ecologia decolonial*: a luta de povos indígenas; a luta de pessoas negras; a luta da ecologia urbana; a luta ecológica de mulheres do Sul e de mulheres racializadas do Norte; e lutas ecológicas em geral. Assim, é argumentado que a ecologia decolonial evoca os polos do anticolonialismo, do pós-colonialismo, da decolonialidade, do feminismo racializado e questiona o “habitar colonial”.

Na quarta parte, Ferdinand nos apresenta o argumento de que fugir do mundo não é uma opção, seja pelo aquilombamento, ou seja pela saída da terra diante a crise ecológica. Ambos significariam negar o mundo, negar o encontro. Pois é justamente um navio-mundo e uma política de encontro que podem, segundo o autor, produzir um horizonte de esperança diante a tempestade que anuncia a crise climática. A obra caminha então para algo mais prático, demonstrando que visar esse horizonte pode fazer surgir um *convés de justiça* e um *companheiro de bordo* que produzam uma coabitação da terra. Por meio dessa metáfora, o autor considera como o corpo é constituído do biológico e do social, e que é através dessa intersecção que devemos pensar o micro e o macro que nos envolve, inclusive os não humanos, em uma aliança interespecie.

Para além dessas quatro partes, o livro é constituído também de um prefácio (assinado por Angela Davis), um prólogo, um epílogo e um posfácio (assinado por Guilherme Moura Fagundes), além de 31 páginas de notas bibliográficas.

Se atentando ao epílogo, percebemos que o Caribe, para além de ser o cenário em que Ferdinand se baseia para refletir sobre a tempestade em que estamos, é também foco de inspiração para as mudanças que uma ecologia decolonial propõe. Isso se demonstra pela “Intrusão de Ayiti”, um afastamento da hipótese científica de Gaia, que ignora o ato colonial e as suas consequências para o ambientalismo. Nas palavras do autor:

[...] a hipótese Ayiti é, inicialmente, a proposição de que a Terra seja a base de um mundo cujos sistemas físico-químicos, estratos geológicos, oceanos, ecossistemas e atmosfera estejam em arranjos intrínsecos com as dominações coloniais, raciais e misóginas dos humanos e não humanos, bem como com as lutas contra tais dominações. [...] A intrusão de Ayiti é ao mesmo tempo um testemunho dessas expansões coloniais do globo e um apelo. Ela não é uma entidade que se sustenta por si só: ela deve ser redescoberta por meio dessas lutas, por meio do “agir-junto”, por meio dos mutirões [coubites], ela é o apelo conjunto de uma matrigênese (reconhecimento da Mãe Terra) e de uma metamorfose crioula (reconhecimento dos filhos dessa Mãe Terra). Encarar Ayiti é, portanto, confrontar as mudanças ambientais do mundo, bem como as desigualdades legadas pela constituição colonial da modernidade entre Norte e Sul, que o Haiti nos lembra fervorosamente. (Ibidem, p. 205-206).

Percebemos então, que o empreendimento teórico de Ferdinand, possibilita visualizar a sua obra, como um livro em certo sentido monumental, recheado de teses, conceitos e intersecções, como são os casos da releitura quilombola de Thoreau e a Intrusão de Ayiti. Essas características não tornam a obra assustadora ou difícil de se ler, visto que Ferdinand possui uma escrita compreensível, por vezes até poética. Um exemplo disso, é o fato do autor, para a abertura de cada capítulo, usar de histórias de navios negreiros, como reproduzido na abertura da resenha.

Em resumo, ressaltar as ligações é o grande esforço de Ferdinand, que ao longo do livro não nos deixa esquecer: quem comandou o desmatamento de florestas no período colonial; quem são os corpos que tiveram suas relações amigáveis e sagradas com os territórios cortadas, no ontem colonial e no hoje globalizado; ou ainda quem são os corpos que comandam a arena do debate ambiental e suas atitudes – condescendentes e julgadoras, para com aqueles que são a força de trabalho para atos de serviço. Novamente, não há coincidência. Ferdinand argumenta que essas situações, sujeitos e territórios estão conectados e proceder em estudos, práticas e políticas sem se atentar a essas conexões, é ir em direção a uma fratura. Um exemplo desta fratura pode ser visto em produções cinematográficas hollywoodianas, como o filme *Interestelar*, em que “[.] a crise ambiental global de um planeta do qual os humanos não conseguem mais tirar alimentos, assolados por tempestades de poeira, é vivida por intermédio do cotidiano de uma família americana Branca e abastada, com propriedades e dois filhos.” (Ibidem, p. 147).

Onde estão nessas representações os povos indígenas? Os habitantes de territórios usados para testes nucleares? Os quilombolas? As classes mais pobres? Esse tipo de representação cinematográfica lembra a definição do mito bíblico da Arca de Noé evocado por Ferdinand, com a sua política de embarque no qual poucos são selecionados

a adentrar e os que conseguem, são homogêneos, pois nela a humanidade geral é posta em detrimento da diversidade de corpos, identidades e sociabilidades. E Ferdinand expõe que isto acontece pois a política de habitar o mundo de determinado grupo é a política mantida e salvaguardada em última instância. Assim como o autor argumenta: fratura!

Pela discussão da obra, percebemos que fraturas aconteceram e continuam a acontecer. Para citar algumas. No passado, pessoas escravizadas foram separadas da categoria humana do seu ser e também do contato com a terra. Por outro lado, no presente, os movimentos anticoloniais e antirracismo ainda não dão a devida atenção às questões ambientais. E um certo ambientalismo que se preocupa em demasia por determinada natureza *wilderness*², e se esquece de outros fatores.

Ferdinand demonstra em sua obra então, como este conjunto de tempos, espaços, sujeitos e movimentos, se conectam. Nos advertindo que para pensar a ecologia, se deve pensar em todo esse contexto, pois separar as críticas anticoloniais das críticas ambientais é proceder em uma “ecologia colonial” que preserva o “habitar colonial”.

Antes da conclusão, vale destacar que a obra de Ferdinand ganhou peso no debate antropológico. Por isso, irei evidenciar alguns pontos, que fazem do trabalho de Ferdinand, um estudo importante para a disciplina antropológica.

Primeiramente Ferdinand trabalha através de si e da cultura que faz parte. Ele parte da sua experiência enquanto “Homem Preto martinicano” com vivência rural e em outros países e continentes. E é justamente a antropologia, a disciplina que realiza esse movimento de trabalho com a cultura de si e a cultura do outro. Para Wagner (2010), o ofício do antropólogo é utilizar-se da sua cultura para estudar outras culturas e assim propor relações entre ambas, o que Ferdinand faz com êxito sem cair em posições etnocêntricas.

O autor também encarna outro princípio antropológico na medida que a “Intrusão de Ayiti” é uma “redescoberta” possibilitada pelas lutas que o Ayiti encarna, um “agir-junto” coletivo. Este é um ponto que conecta Ferdinand a antropologia, na medida que agir junto é se relacionar com a alteridade - tema clássico no campo antropológico. Shiratori (2022) define a crise ecológica a partir de Ferdinand como sendo uma crise humana e ecológica, uma crise do modo como se dão as relações entre seres vivos e não vivos, e entre as alteridades.

2 “[...] as reservas são associadas ao duplo processo de expulsão do lugar de vida dos povos autóctones e à invenção de uma nova concepção dessas terras e ecossistemas como ‘virgens’ ou ‘selvagens’. Como foi o caso do Parque de Yosemite: a invenção americana da natureza como uma *wilderness* (terra selvagem e sem humanos) resultou na expulsão dos ameríndios e no apagamento da história deles.” (Ibidem, p. 126).

E a relação entre seres vivos e não vivos, engloba outro debate antropológico: a dicotomia cultura/natureza. Como vimos, o autor propõe que a ecologia decolonial se dê na intersecção entre o biológico e social, inclua uma aliança interespecie, recupere as relações com a Mãe Terra e que o antiespecismo faça eco ao antirracismo. Desta forma, a obra de Ferdinand em diferentes pontos, aproxima cultura e natureza, nos levando a pensar reformulações desse par, assim como outros trabalhos antropológicos já o fizeram.

Para concluir, vale dizer que a obra de Ferdinand não nos deixa esquecer que: “A banana dada a seu filho em Paris é a mesma que gerou a contaminação do cordão umbilical das mães racializadas da Martinica e de Guadalupe, da Costa Rica ou da Costa do Marfim.” (Ferdinand, 2022, p. 229-230). E que pensar uma ecologia decolonial a partir do Caribe, enseja a possibilidade de uma relação real entre os seres que habitam a terra. E que nessa relação, as alteridades devam ser reconhecidas e as reparações não podem ser negadas, para que assim, se possa praticar um companheirismo que busque construir um mundo para ser habitado por todos: humanos, não humanos e a Mãe Terra.

Referências

Ferdinand, Malcom (2022). *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora.

Shiratori, Karen (2022). No olho do furacão: plantation e contradomesticação. In S. Marras & R. Taddei. (orgs.), *O antropoceno: sobre modos de compor mundos* (pp. 107-128). São Paulo: Fino Traço Editora.

Wagner, Roy (2010). *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac Naify.

Recebido em 10 de junho de 2024.

Aceito em 15 de julho de 2024.